AO JUÍZO DE DIREITO DA xª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CEILÂNDIA-DF.

Autos nº XXXXXXXX guarda e regulamentação de visitas

FULANA D ETAL, brasileira, casada, maior, nascida em DATA, CPF XXXXXXXX, CI XXXXXXXXX, manicure, residente e domiciliada na ENDEREÇO CEP XXXXX, telefones (X) XXXXXXXXXX, email XXXXXXXXX, demais dados na Declaração de Hipossuficiência Econômica juntada neste ato, documento ID XXXXXXXXX, vêm à presença de Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do artigo 335 e ss. do CPC, apresentar

CONTESTAÇÃO

em face das alegações contidas na Ação de Guarda e Responsabilidade que lhe é movida por **FULANO DE TAL**, brasileiro, casado, agente comunitário de saúde, RG XXXX, CPF XXXXXXX, residente e domiciliado na ENDEREÇO CEP XXXXXX, telefone (X) XXXXXXX, e-mail XXXXXXXX, já qualificados no feito em questão, pelos fatos e fundamentos que ora se seguem:

I - SÍNTESE DA EXORDIAL:

- 01. A Requerida é genitora dos infantes FULANO DE TAL E FULANO DE TAL, nascidos em DATA E DATA, respectivamente, ambos filhos do Requerente que, agora, pleiteia guarda unilateral referente aos dois filhos.
- 02. As partes 1) contraíram matrimônio em DATA (ID XXXXXX); 2) estão separados de fato desde DATA; 3) está tramitando o Processo XXXXXXX referente ao divórcio deles.
- 03. O Requerente relata que, após o término do relacionamento, os filhos manifestaram interesse em morarem com ele e que, supostamente após muita insistência da Requerida, os menores passaram a residir com ela.
- 04. O Requerente alega que os filhos não deveriam continuar residindo com a Requerida porque ela estaria, supostamente, agindo com irresponsabilidade junto a esses.
- 05. O Requerente mencionou que mora numa chácara composta com várias casas e, naturalmente, vários parentes morando. Estes, por sua vez, poderiam tomar conta dos infantes enquanto ele estivesse trabalhando.
- O6. Também mencionou que o filho mais velho FULANO DE TAL encontra-se internado em entidade para menores infratores, detido por cometer um "crime" (sic), sendo que, se esse filho estivesse residindo com o Requerente, seria incentivado a escolher o melhor caminho, incentivando-o a estudar.
- 07. Mais adiante o Requerente propôs um pretenso direito de visitas à Requerida.

II - DA REALIDADE FÁTICA E DA CONTESTAÇÃO

- 08. A Requerida informa que **NÃO CONCORDA** com os pedidos do Requerente pelos fatos aduzidos logo a seguir.
- 09. A Requerida é pessoa idônea e mãe zelosa, nunca tendo negligenciado os cuidados com os filhos, sendo que ela presta aos filhos todos os cuidados necessários ao pleno desenvolvimento físico, psicológico e emocional, propiciando-lhe afeto nas relações familiares, educação, saúde, lazer, segurança, suprindo-lhe todas as necessidades emocionais e materiais, nunca se furtando dos deveres como mãe.
- 10. As partes contraíram matrimônio somente após o nascimento dos dois filhos, mas o casamento durou tão somente 1 (um) ano. A ação de divórcio foi proposta neste ano de ANO.
- 11. Após a separação de fato: os filhos realmente foram moram morar com o Requerente (pai), mas a Requerida (mãe) percebeu considerável alteração negativa no comportamento deles. E, assim, pleiteou que os filhos passassem a morar com ela, até mesmo porque vários problemas relacionados à educação eram direcionados a ela para resolução.
- 12. Diante disso foi acordado que a Requerida receberia R\$ X mensais a título de alimentos para os filhos. Porém, tendo em vista que os filhos, principalmente o mais velho, passa finais de semana na chácara que o pai reside, a Requerida informou aos filhos que esses R\$ X) sequer estavam pagando o valor das passagens de ônibus entre CIDADE E CIDADE e que ela iria pedir no Judiciário para rever esses valores.
- 13. A Requerida acredita que, diante de tal assertiva, o Requerente resolveu pleitear a guarda unilateral dos filhos. Assim, o interesse

real desta ação não é o bem-estar dos menores e, sim, interesse meramente patrimonial.

- 14. Acontece, Excelência, que o pai nunca foi tão presente na educação dos próprios filhos, deixando-os muito "à vontade" porque pouco permanece na própria residência e não pode acompanhar o dia a dia dos infantes. Falta, até mesmo, uma conversa franca e sincera entre pai e filhos.
- 15. Prova disso é o Requerente mencionar que mora numa chácara composta com várias casas, vários parentes morando, sendo que esses poderiam tomar conta dos infantes enquanto ele estivesse trabalhando. Estaria, basicamente, delegando a função de "pai" a outras pessoas.
- 16. A Requerida monitora os telefones celulares dos dois filhos e percebeu que o filho mais velho, FULANO, sem habilitação para conduzir veículos automotores por ter <u>apenas X anos de idade, costuma trafegar em CIDADE com a motocicleta do Requerente</u>, sendo que, nas mensagens via aplicativo WhatsApp, claramente se observa que o genitor está muito mais preocupado com a motocicleta à incolumidade do filho FULANO DE TAL.
- 17. O relapso do Requerente é tão claro que o filho FULANO foi internado em entidade para menores infratores por cometer um "crime" [ato infracional], mas o Requerente não declarou na exordial que esse "crime" foi devido às más companhias que o acompanham enquanto ele está em CIDADE, quando deveria estar sendo supervisionado pelo Requerente.
- 18. Ante todo exposto, os pedidos formulados na exordial devem ser IULGADOS TOTALMENTE IMPROCEDENTES.

III - DOS PEDIDOS:

Por todo o exposto, requer:

- a) os benefícios da justiça gratuita, conforme artigo 98 do CPC;
- b) a IMPROCEDÊNCIA TOTAL dos pedidos formulados na exordial;
- c) que a guarda dos infantes FULANO D ETAL E FULANO DE TAL permaneça na modalidade unilateral a favor da Requerida.
- d) a condenação do Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal PRODEF (artigo 3º, da Lei Complementar nº 908, de 07 de janeiro de 2016) e recolhidos junto ao Banco do Brasil Agência 4200-5, Conta 6830-6 (PRODEF).

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, notadamente pelo depoimento pessoal da parte contrária e oitiva das testemunhas que serão arroladas em momento oportuno.

Termos em que pede deferimento,

CIDADE E DATA

Requerido	
Defensoria Pública do Distrito Federal	